



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N° .../201...- REGISTRO DE PREÇOS

O licitante que retirar cópia do edital através do e-mail licitasdn@hotmail.com deverá preencher este formulário e enviar pelo fax (27) 3742-0215, para que possa receber todas as informações e/ou alterações que porventura haja:

EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº/201... REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte, Estado do Espírito Santo, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediado na Rod. Gether Lopes de Farias, s/nº - São Domingos do Norte - ES, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o N.º 36.350.312/0001-72 torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade "Pregão", sob o critério "menor preço por item", para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, DIESEL COMUM, DIESEL S10 E ARLA 32) PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICÍPIO, conforme Processos nºs/201.,/201.,/201.,/201.,/201., , devidamente aprovado pela autoridade competente. O Pregão será realizado pela Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria Nº, de/...../201., e regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal nº. 1.220, de 04 de Abril de 2013, pelo Decreto Estadual nº. 1.790-R, publicado em 25 de janeiro de 2007, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, bem como pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão Presencial será realizado em sessão pública, em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do órgão promotor do certame, denominado Pregoeiro.
- 1.3. DATA E HORÁRIO DA ENTREGA DAS PROPOSTAS: até as horas do dia/...../201....**
- 1.4. DATA E HORÁRIO DO CREDENCIAMENTO: às ...h... horas do dia/...../201....**
- 1.5. DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às horas do dia/...../201....**
- 1.6. Os licitantes deverão entregar até a hora e data previstas a sua proposta e documentação necessária para habilitação, em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados e rubricados, contendo na parte externa, além da razão social completa da proponente os seguintes dizeres:
"Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte" – Pregão Presencial nº .../201....- Registro de Preços - Envelope nº 001 – PROPOSTA;
"Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte" – Pregão Presencial nº .../201....- Registro de Preços Envelope nº 002 – HABILITAÇÃO".
- 1.7. **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:** Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

2 - DO OBJETO DO CERTAME (SUGESTÃO)

2.1. O presente pregão tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de Combustível (Gasolina Comum, Diesel Comum, Diesel S10 e Arla 32) para atender as diversas Secretarias deste Município, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

- 3.1. O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.
- 3.2. O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial a autorização de abastecimento emitido pelo fiscal do contrato, observados os limites de prazo de entrega fixados neste Edital, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia dos produtos adquiridos.

4 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

- 4.1. A estimativa de consumo mínimo e máximo, bem como a quantidade mínima a ser cotada por cada licitante, obedecerá ao disposto neste Edital.
- 4.2. A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas inerentes a este Pregão correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias que serão especificadas ao tempo da ordem de emissão de fornecimento.

6 - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. O prazo de validade das propostas é coincidente com o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

7 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

7.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário do início da disputa.

8 - REFERÊNCIA DE TEMPO

8.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

9 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

9.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- b) estejam cumprindo as penalidades previstas no art. 87, inciso III da Lei Federal nº. 8.666/93 e no art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/02;
- c) estejam cumprindo a pena prevista no artigo 87, inciso IV da Lei Federal nº. 8.666/93, ainda que imposta por ente federativo diverso;
- d) estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação; e
- e) não cumpram o disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

9.3. Credenciamento – Para fins de Credenciamento junto a (o) Pregoeiro (a), o proponente poderá enviar um representante munido de Credencial conforme Modelo deste Edital. No caso de representante legal só terá validade se estiver acompanhada da Certidão Simplificada da Junta Comercial que comprove tal situação do representante legal da empresa.

10 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

10.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) coordenar o processo licitatório;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- c) conduzir a sessão pública internet;
- d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) dirigir a etapa de lances;
- f) verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) registrar os preços ofertados na Ata de Registro, desde que compatíveis com as condições estabelecidas neste edital;
- i) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- j) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES

11.1. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão:

- a) remeter, no prazo estabelecido, a proposta e os demais anexos;
- b) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;
- c) submeter-se às exigências Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal no. 1.220, de 04 de Abril de 2013 pelo Decreto Estadual nº. 1.790-R, publicado em 25 de janeiro de 2007, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113., da Lei no. 8.666, de 21 de Junho de 1993.

12.2. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

12.3. Caso o pregoeiro decida pela não impugnação do ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a autoridade competente – ordenadora da despesa - a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do pregoeiro.

12.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

12.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no endereço indicado neste edital.



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

12.6. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos Envelopes de Proposta, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso

12.7. Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13 - DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

13.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão da fase de recebimento de propostas.

13.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência.

13.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta apresentada.

13.4. Datalográ-la ou digitá-la, em 01 via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação, ao contrato, das normas e critérios deste Edital.

13.5. Assinar a proposta na parte final e rubricá-la em todas as suas folhas.

14 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1. Serão consideradas classificadas para a fase de lances verbais a proposta de menor preço e todas aquelas com preços situados no intervalo de 10% acima daquele.

14.2. Quando não houver no mínimo 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem anterior, serão consideradas classificadas para essa fase competitiva as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 3 (três), com valores distintos, ou seja, se houver propostas com empate de valores, as mesmas serão consideradas com uma única proposta, ou seja, além destas, serão classificadas mais 02 (duas) propostas.

14.3. Para as proponentes classificadas será facultada a apresentação verbal de lances sucessivos, de valores distintos e decrescentes, encerrando-se essa fase quando não houver mais lances.

14.4. Após a sessão de julgamento das propostas não poderá haver desistência dos lances apresentados, nem dos itens vencidos. A Municipalidade não aceitará desistência da entrega ou realização sob nenhuma hipótese, salvo calamidade, caso fortuito ou de força maior, que deverá ser documentado e justificado pela vencedora. A desistência de lances ou itens vencidos após finalização desta fase ocasionará a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

14.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e de seus Anexos, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

14.6. Após a fase de lances verbais será declarada vencedora a proposta de menor preço por item, se a proposta não for aceitável por apresentar preço inexecutável ou acima dos valores praticados pelo mercado, será examinada a proposta subseqüente, e assim sucessivamente.

14.7. Caso haja empate no valor das propostas escritas, o Pregoeiro decidirá por sorteio à ordem dos lances verbais.

14.8. A Pregoeira convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

14.9. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, se atender as necessidades da administração o pregão será validado e passará para a fase seguinte.

14.10. O Edital é exclusivo para ME e EPP. Sendo que a licitante no ato do credenciamento deverá comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte e MEI exigências previstas neste Edital.

14.11. A presente licitação será julgada sob o critério de menor preço por item.

14.12. Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

14.13. A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada.

14.14. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão apresentar lances.

14.15. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.16. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele.

14.17. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

14.18. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, do valor do menor lance registrado.

14.19. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, após comunicar a todos os participantes.

14.20. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá solicitar contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

14.21. Será declarada vencedora a proposta de menor preço por item se a proposta não for aceitável por apresentar preço inexequível ou acima dos valores praticados pelo mercado, será examinada a proposta subsequente, e assim sucessivamente.

15 - DA QUANTIDADE DE FORNECEDORES A SEREM REGISTRADOS

15.1. Caso o primeiro colocado não disponha de condições de atender integralmente a necessidade da Administração, poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item. Em todo o caso, a convocação desses licitantes remanescentes dependerá de sua expressa anuência em fornecer os materiais ao mesmo preço proposto pelo primeiro colocado.

15.2. Quando da emissão das ordens de fornecimento, deverá ser respeitada a ordem de classificação dos fornecedores constantes da Ata.

16 - DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES CLASSIFICADOS

16.1. Encerrada a etapa de lances e o exame das propostas classificadas quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, exequibilidade e adequação, o pregoeiro verificará a habilitação dos licitantes classificados, observado o limite de fornecedores a serem registrados.

16.2. A habilitação dos licitantes classificados que se declararem inscritos no Cadastro de Fornecedores Municipal, no que tange exclusivamente aos documentos por ele abrangidos, será verificado por meio de consulta efetuada pelo pregoeiro.

16.3. Estando dentro da validade o cadastro do licitante, mas algum documento apresentado já estiver vencido, este deverá ser apresentado junto ao Pregoeiro para fins de comprovar sua regularidade habilitatória.

16.4. As proponentes deverão apresentar declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

- a) Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal ;
- b) Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93.

17 - DOS RECURSOS

17.1. Declarada a vencedora, as demais proponentes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões e de igual prazo para as contra-razões, com imediata intimação de todas as presentes e assegurada também imediata vista dos autos.

17.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a proceder com a elaboração da Ata de Registro de Preços.

17.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.5. Os recursos e contra-razões de recurso, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao órgão promotor do certame, localizado no endereço indicado neste edital, em dias úteis, no horário de 7h15 até as 11h15 e de 12h30 até as 16h30 .

18 - DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR A ATA

18.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18.2. Após a homologação referida no item anterior, os licitantes classificados serão convocados para assinarem a Ata de Registro de Preços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

18.3. Para fins de formalização da Ata de Registro de Preços, deverá ser respeitada e especificada a ordem de classificação do certame e a quantidade de fornecedores a serem registrados.

18.4. A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

19 - PENALIDADES

19.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita o fornecedor a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no. 8.666/93, incidentes sobre o valor total da Nota de Empenho, na forma seguinte:



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

- a) atraso na entrega de até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento);
b) a partir do 6º. (sexto) até o limite do 10º. (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º. (décimo primeiro) dia de atraso.
- 19.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei no. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a administração municipal poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor. Entende-se como inexecução total ou parcial a desistência de lances ou dos itens efetivamente vencidos na sessão de julgamento das propostas.
- 19.3. Se o fornecedor recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á às seguintes penalidades:
- 19.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor;
19.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração municipal, por prazo de até 2 (dois) anos, e,
19.3.3. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 19.4. O fornecedor que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com Administração Pública pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
- 19.5. A multa, eventualmente imposta ao fornecedor, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso o fornecedor não tenha nenhum valor a receber deste da administração municipal, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder à cobrança judicial da multa.
- 19.6. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa vencedora da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte-ES.
- 19.7. A falsidade de declaração prestada, em qualquer das declarações exigidas neste Edital, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do código penal, além da sanção prevista neste Edital.
- 19.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, mediante motivação do Pregoeiro.

20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. O preço máximo admitido para o presente processo licitatório são os descritos no Quadro de Preço Médio da Proposta de Preço por Item Consolidado.
- 20.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 20.3. Ao apresentar a proposta, o licitante assume que está fazendo isso de forma absolutamente independente e que, acaso se apresente, em qualquer momento, a formação de cartel ou qualquer conluio, a Administração adotará os meios necessários para as devidas averiguações e as respectivas sanções.
- 20.4. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a criação de exigência não prevista neste edital.
- 20.5. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.
- 20.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.
- 20.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, em consonância com a legislação aplicável.
- 20.9. A participação do licitante nesta licitação implica aceitação de todos os termos deste Edital.
- 20.10. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 20.11. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

20.12. A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvando o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/93.

20.13. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório. São Domingos do Norte - ES, ____ de _____ de _____.

Pregoeiro
Pregoeira/PMSDN

Equipe de Apoio:
.....



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

ANEXO I - DESCRIÇÃO DO OBJETO

PREGÃO PRESENCIAL Nº .../201.... REGISTRO DE PREÇOS

ÍTEM 01

Itens	Quant.	Especificação	Vr. Unit.	Vr. Total

1 – PREÇO MÁXIMO ADMITIDO:

1.1. A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido importará em desclassificação do licitante.

2 – DA GARANTIA DE QUALIDADE DOS PRODUTOS:

2.1. A validade destes produtos, contada a partir do recebimento dos mesmos pela Administração, não poderá ser inferior a _____ meses.

3 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

3.1. A quantidade máxima estimada a ser adquirida, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada em ____ (quantidade) ____, sem prejuízo para o disposto no item 3.4.

3.2. A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada em ____ (quantidade) ____, sem prejuízo para o disposto no item 3.4.

3.3. O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

3.4. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, de aceitação de fornecimento pelo particular, observados, ainda, os seguintes critérios:

a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens 3.1 a 3.3;

b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item 3.1;

c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

d) A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4 – LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA:

4.1 - O fornecimento dos produtos se darão na forma da Cláusula Nona da Ata de Registro de Preços.

4.2 - Quanto aos produtos, a entrega ser total, conforme a autorização de fornecimento.

4.3 - O licitante vencedor deverá promover o fornecimento plenamente de acordo com as especificações contidas no Anexo I, tanto no refere-se aos quantitativos quanto as discriminações.

4.4 - O fornecimento deverá ser rigorosamente respeitados por parte do licitante vencedor, sob pena de perda, condicionada assim à Prefeitura o direito de promover o cancelamento do pedido formulado em favor da empresa vencedora, sem qualquer indenização, dando ao segundo colocado para no caso das mesmas condições preestabelecidas, promover a entrega do item em questão.

5 – FORMA DE PAGAMENTO:

5.1 - O pagamento será efetuado mediante apresentação à Tesouraria Municipal de documentos fiscais hábeis, sem emendas ou rasuras e ter ocorrido o fornecimento.

5.2 - O pagamento será efetuado quinzenalmente devidamente atestado o fornecimento dos combustíveis gastos por cada veículo das Secretarias, o qual deverá, estar em conformidade com as exigências do Edital e seus anexos.

5.3 - O Município poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título forem devidos pela Contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

5.4 - Para efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste Edital no que concerne a proposta e habilitação.

6 – VALIDADE DA PROPOSTA

6.1 - A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da mesma.



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA (SUGESTÃO)

PREGÃO PRESENCIAL Nº .../201.... REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE REFERENCIA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS	
Processos: <ul style="list-style-type: none">• 6023/2013 e 6024/2013 – SEMUR• 6028/2013, 6027/2013, 2026/2013 e 6025/2013 – SEMTADES• 6029/2013 – SESA• 6031 – SEMAG• 6071 – SEMEC• 6072 – SEMEC• 6073 – SEMEC• 6146 – SEMAM• 6184 – GABINETE	
1- Tipo de Licitação:	Menor preço por lote.
2- Modalidade	Pregão Presencial Registro de Preço
3- Objeto:	Aquisição de Combustíveis com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, por um período de 12 (doze) meses para suprir as necessidades da Frota de Veículos da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte de acordo com as Condições, quantidades, e especificações contidas neste Termo de Referência.
3.1- Lotes	Lote 01 114.242 litros de Gasolina Comum Lote 02 252.757 litros de óleo diesel Lote 03 68.155 litros de Óleo Diesel B S10 Lote 04 91 unidades de Reagente ARLA 32 galão com 18 litros Observação: <i>Acreditamos que dividido desta forma será mais ampla e transparente a disputa podendo inclusive atrair fornecedores que não trabalham com todos os tipos de combustíveis solicitados.</i>
4- Justificativa	<p>Aquisição de Combustíveis é necessária para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES. Esses veículos devem ser usados exclusivamente para o deslocamento dos servidores de suas unidades básicas no cumprimento de suas atividades finalísticas.</p> <p>Ainda esse tipo de aquisição é necessária para:</p> <ul style="list-style-type: none">a) dar suporte ao desempenho das atividades dos servidores municipais;b) facilitar e gerenciar o abastecimento dos veículos da PMSDN/ES, administrando e acompanhando as autorizações de abastecimento;c) flexibilizar o sistema de abastecimento, com qualidade e preços adequados;d) operacionalizar e centralizar as informações sobre o abastecimento, visando à obtenção de dados precisos a respeito do referido consumo;e) disponibilizar às diversas unidades da PMSDN/ES atendimento rápido e eficaz. <p>A frota da PMSDN/ES é composta por uma série de veículos, conforme abaixo relacionado nos Anexos I e II, sendo que tal quantitativo e especificação poderá sofrer alterações em virtude da aquisição ou substituição de veículos.</p> <p>A promoção do bem público fica evidenciado no retorno que é dado a todos os municípios, a partir da realização de serviços diversos pela Prefeitura Municipal.</p>



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

5- Obrigações e responsabilidades da contratada.	e da a) Fornecer o combustível em conformidade com os Anexos I e II deste Termo de Referência; b) Cumprir com os prazos de fornecimento determinados neste Termo de Referência; c) Responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente; d) Submeter-se à fiscalização da PMSDN/ES, através do setor competente, que acompanhará o fornecimento do combustível, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas; e) Cumprir, além dos postulados legais vigentes; f) As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares; g) Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários; h) Estender o fornecimento além dos veículos ativos, também aos veículos que vierem a ser adquiridos pela PMSDN/ES seja em que modalidade, ou colocados à sua disposição; i) Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes. j) Emitir boleto no qual deverá constar, obrigatoriamente, a data do abastecimento, o número da placa do veículo, o número de litros, o valor unitário e o valor total, para efeito de comprovação do preço do combustível cobrado no ato do abastecimento e, conseqüente, elaboração da Nota Fiscal/Fatura.
6- Obrigações e responsabilidades do contratante.	e da a) Exercer a fiscalização da execução do objeto, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93; b) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas nos produtos; c) Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto.
7- Prazo e local da entrega	a) O abastecimento será contínuo e fracionado de acordo com as necessidades da PMSDN/ES. Em postos pertencentes a contratada ou por ela credenciado de acordo com a distancia estabelecida na alínea b deste item. b) A Contratada se obrigará a manter posto credenciado e em operação, até a distância máxima de 01 (um) quilômetro da sede da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte cujo endereço consta do preâmbulo do presente Edital; c) A Contratada se obrigará a realizar o abastecimento com os combustíveis em quantidades solicitadas, após a requisição emitida. A Contratada deverá estar apta a fornecer o produto imediatamente após a assinatura do contrato. d) O prazo para pagamento será de até 15 (quinze) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante da Nota Fiscal / Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento. e) Para habilitar-se ao pagamento a Contratada deverá protocolar na PMSDN/ES Nota Fiscal/Fatura, até o 5º (quinto) dia do mês subseqüente ao mês de referência, especificando o abastecimento e seus correspondentes valores em moeda corrente nacional, devendo estar formalmente atestada pelo Gestor do Contrato.
8- Responsável pelo Recebimento dos Produtos	Nome do Fiscal: Maria Aparecida Alves Função no Processo: Fiscal de Contrato Matrícula: 02485 Observação: É necessário Portaria Nomeando, bem como convidar o fiscal para que acompanhe todo o processo.
9- Penalidades	A licitante ou a Contratada que incorram nas faltas referidas nos arts. 81 a 85 e 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou retirar instrumento equivalente aplicam-se, segundo a natureza e gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei Federal nº



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
 Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
 CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
 CNPJ 36.350.312/0001-72

	<p>8.666/93 ou em dispositivos de norma que vierem a substituí-la.</p> <p>A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas no item anterior, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:</p> <p>I - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;</p> <p>II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;</p> <p>III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.</p> <p>Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CGE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.</p>																								
9- Fiscais dos contratos	<table border="1"> <tr><td>SEMAF</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>SEMTADES</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>SEMUR</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>SEMAG</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>SEMA</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>SESA</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>GABINETE</td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table> <p>Os gestores serão sempre os Secretários Municipais.</p>	SEMAF			SEMTADES			SEMUR			SEMAG			SEMA			SESA			GABINETE					
SEMAF																									
SEMTADES																									
SEMUR																									
SEMAG																									
SEMA																									
SESA																									
GABINETE																									
10- Dotações Orçamentárias	<table border="1"> <tr><td>SEMAF</td><td></td></tr> <tr><td>SEMTADES</td><td></td></tr> <tr><td>SEMUR</td><td></td></tr> <tr><td>SEMAG</td><td></td></tr> <tr><td>SEMA</td><td></td></tr> <tr><td>SESA</td><td></td></tr> <tr><td>GABINETE</td><td></td></tr> </table>	SEMAF		SEMTADES		SEMUR		SEMAG		SEMA		SESA		GABINETE											
SEMAF																									
SEMTADES																									
SEMUR																									
SEMAG																									
SEMA																									
SESA																									
GABINETE																									
11- Instruções de Fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> Um representante da Adjudicada poderá ser sempre convocado a esta PM para fornecer explicações a respeito da entrega do combustível. Em caso de suspeita de alteração do combustível o fiscal do contrato poderá requerer testes a serem efetuados na presença de testemunhas, quando necessário. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais. As notas de abastecimento deverão ser preenchidas após a conferência do fiscal do contrato O Fiscal do contrato deverá fornecer relatório de abastecimento emitido pelo sistema de controle de frota, para a liquidação da NF. O fiscal do contrato deve observar a Quilometragem de cada veículo ao proceder ao abastecimento, procedendo a anotação do mesmo na guia provisória de abastecimento; O Fiscal do contrato deverá proceder o fechamento quinzenal. 																								
12- Dotação Orçamentária	As despesas decorrentes deste Termo de Referência correrão por contas dos valores consignados para cada Unidade Administrativa no Orçamento de 2014																								
13- Forma de Pagamento	O pagamento pela entrega do combustível contratado será feito pela SEMAF em parcela única em até 15 dias da apresentação da nota fiscal/fatura e de todas as certidões exigidas no instrumento Contratual e atestado do Fiscal do Contrato;																								
14- Condições de Habilitação	<p>Artigo 4º, XIII da lei n.10.520/2002</p> <p>Habilitação Jurídica - documentos exigidos no art.28 da lei 8.666/93.</p> <p>Regularidade fiscal- documentos exigidos no art.29 da lei 8.666/93.</p> <p>Capacitação Técnica - documentos exigidos no art.30 da lei 8.666/93</p>																								



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

	Capacitação econômico-financeira- documentos exigidos no art.31 da lei 8.666/93
11- Responsável pela Elaboração do TR.	Equipe da ASSEPLAN
12- Composição do Preço de Referência	

De acordo:

.....
Secretario Municipal de Administração e Finanças

.....
Chefe de Gabinete

.....
Secretário Municipal de Educação e Cultura

.....
Secretário Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

.....
Secretário Municipal de Administração e Finanças

.....
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

ANEXO III - CARTA DE CREDENCIAMENTO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº .../201....
REGISTRO DE PREÇOS**

À
Pregoeira e/ou Equipe de Apoio

Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte – ES

Prezados Senhores,

Pela presente fica credenciado o Senhor. _____ (nome, qualificação completa e residência), portador da cédula de identidade número _____, expedida em __/__/__/ pelo _____ para representar a empresa _____ (nome e endereço da empresa ou consorcio licitante), inscrição no C.N.P.J. sob o número _____, podendo participar de todos os atos necessários, desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, desistir, firmar compromissos ou acordos referentes ao pregão supra.

Atenciosamente,

_____, ____ de _____ de 2014.

(Assinatura do representante legal da empresa)

**Observação: Esta carta deverá ser entregue ao Pregoeiro (a) e/ou Equipe de Apoio pessoalmente pelo representante credenciado, até impreterivelmente a hora marcada para início da licitação, prevista no presente Edital e só terá validade se estiver acompanhada da Certidão Simplificada da Junta Comercial que comprove tal situação do representante legal da empresa.
(Reconhecer firma)**



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

ANEXO IV - PROPOSTA COMERCIAL (ver em pdf)

**PREGÃO PRESENCIAL Nº .../201....
REGISTRO DE PREÇOS**

**Empresa: _____(Nome da Empresa)
À: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
PREGÃO PRESENCIAL nº .../ 201....PARA REGISTRO DE PREÇOS.**

Prezados Senhores:

Pela presente formulamos Proposta Comercial para fornecimento dos produtos supracitados, de acordo com todas as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº .../201....PARA REGISTRO DE PREÇOS e seus anexos.

Ítem	Quant.	Unid	Especificação completa do ítem	Vr. Unitário	Vr. Total

Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

- Anexo V - Exigências para Habilitação;
- Anexo VI - Declarações Diversas;
- O prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias;
- Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pela aquisição do combustível;
- O fornecimento será parcelado, de acordo com a necessidade da Administração e dar-se-a na forma requisitada através de autorização emitida pelos setores competentes da Prefeitura;
- Instalar no Centro da Cidade de São Domingos do Norte/ES, um tanque e uma bomba de combustível para óleo e outro tanque e bomba para gasolina, sendo de total responsabilidade da Empresa vencedora: local de instalação, funcionários para abastecimento dos veículos máquinas, bem como quaisquer gastos, despesas, licenças e indenizações referente aos mesmos;
- A Empresa vencedora deverá obedecer rigorosamente todas as normas de segurança, legislação ambiental e trabalhista em vigor.
- O fornecimento deverá ser feito durante 24 (vinte e quatro) horas, imediatamente após a solicitação do Órgão responsável da PMSDN. Caso contrário fica contratada sujeita a rescisão contratual por inexecução do fornecimento.

Atenciosamente,

Identificação e Assinatura



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

ANEXO V - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº .../201.... REGISTRO DE PREÇOS

Para habilitar-se no certame, após a fase de disputa, o licitante vencedor deverá apresentar a seguinte documentação:

DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste edital.

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

DA REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- c) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal – (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – conforme modelo aprovado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, 31/08/2005);
- e) Certidão Negativa para com a Fazenda Pública Estadual, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipais expedida pela Fazenda Pública da licitante;
- g) Certidão Negativa de Débitos Municipais expedida pela Fazenda Pública de São Domingos do Norte;
- h) Alvará de localização e funcionamento, devidamente em vigor.;
- i) Certidão Negativa de Débitos junto à Justiça do Trabalho (Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011);
- j) Certificado de Posto revendedor emitido pela ANP – Agência Nacional do Petróleo.
- l) Plano de Controle Ambiental de acordo com as normas do IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

§1º. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

§2º. Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 151 e 156 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

§3º. Na hipótese descrita no parágrafo anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal.

§4º. O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

§5º O registro do preço da licitante na Ata de Registro de Preços fica condicionado à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito de ter seu preço registrado na ata, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para formalização da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei, já exigíveis, certificado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente, contendo termo de abertura, encerramento e registro no órgão competente, extraídos do livro diário,



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados há mais de 03 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balançetes e Balanços provisórios.

b) Demonstração do resultado do exercício.

c) Cópia do termo de abertura e de encerramento do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial.

d) Somente serão habilitados os licitantes que apresentarem no Balanço Patrimonial, os seguintes índices: Índice de Liquidez Geral - ILG, Índice de Solvência Geral - ISG e Índice de Liquidez Corrente - ILC igual ou maior que 1,00 (um);

e) As fórmulas para o cálculo dos índices referidos acima são os seguintes:

e.1.) Índice de Liquidez Geral:

$$ILG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + PNC)}$$

Onde:

ILG - Índice de Liquidez Geral;

AC - Ativo Circulante;

RLP - Realizável a Longo Prazo;

PC - Passivo Circulante;

PNC - Passivo Não Circulante*;

e.2.) Índice de Solvência Geral:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

Onde:

ISG - Índice de Solvência Geral;

AT - Ativo Total;

PC - Passivo Circulante;

PNC - Passivo Não Circulante*;

e.3.) Índice de Liquidez Corrente:

$$ILC = \frac{AC}{PCf}$$

Onde:

ILC - Índice de Liquidez Corrente;

AC - Ativo Circulante;

PC - Passivo Circulante;

f) Os licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos ACIMA, quando de suas habilitações deverão comprovar patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei 8.666/93, como exigência imprescindível para sua classificação podendo, alternativamente, ser solicitada prestação de garantia equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, na forma do § 1º do art. 56 do mesmo diploma legal, para fins de contratação;

g) A comprovação de patrimônio líquido será equivalente a 10 % (dez por cento) do valor estimado para contratação, conforme determina a Lei 8666/93, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta, através de índices oficiais;

h) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias, anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

Parágrafo primeiro. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

Parágrafo segundo. A comprovação dos índices referidos na alínea "b", bem como do patrimônio líquido aludido na alínea "c", deverão se basear nas informações constantes nos documentos listados na

* Equivalente ao Exigível a Longo Prazo - ELP (art. 180 da Lei Federal nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.941/2009).



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

alínea "a" deste item, constituindo obrigação exclusiva do licitante a apresentação dos cálculos de forma objetiva, sob pena de inabilitação

DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

2.1. Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

2.1.1. Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site do Ministério da Fazenda, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/aplicacoesSimples.app/ConsultaOPcao.aspx>;

2.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do Art. 3º da LC 123/06.

2.2. Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123/2006:

2.2.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da LC 123/06;

2.2.2. Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

2.2.3. Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

2.2.4. Cópia do contrato social e suas alterações; e

2.2.5. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da LC 123/06.

§1º. Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no Cadastro Municipal.

§2º. O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de São Domingos do Norte e será descredenciado do Cadastro Municipal, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no art. 93 da Lei Federal nº. 8.666/93, quando for o caso.

§3º. Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DIVERSA

PREGÃO PRESENCIAL Nº .../201.... REGISTRO DE PREÇOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF Nº _____, sediada em _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a). _____ portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei que:

() não está em inadimplência com a execução de objeto nem descumpriu qualquer Contratação junto a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal sendo idônea para licitar ou contratar;

() inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores;

() Inexiste em seu quadro de pessoal empregado (s) menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do que preconiza o inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei 8666/93;

() cumpre plenamente todos os requisitos para sua habilitação;

() DECLARA, sob as penas da lei em atendimento ao previsto no presente edital de PREGÃO PRESENCIAL, que a empresa citada acima NÃO se encontra declarada **inidônea** para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

() para fins de usufruir dos direitos e benefícios previstos para as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (MEE E EPP), que cumpre os requisitos previstos no Art. 3º da Lei Complementar 123/06 e que não incidindo impedimentos previstos no § 4º do mesmo artigo, possuindo receita bruta dentro dos limites estabelecidos, se enquadrando a condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte segundo a disciplina da Lei Complementar 123/2006; *

() A empresa localiza a menos de 50 (cinquenta) quilômetros da Sede da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte.

* Obs.: Esta declaração só terá validade se estiver acompanhada da Certidão Simplificada da Junta Comercial que comprove tal situação.

** Assinalar nos parênteses - ().

Local, _____ de _____ de 2014.

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)

Obs: A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante, acompanhada de documentos que dão poderes ao outorgante firmar esta Declaração, com firma reconhecida.



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº .../201.... REGISTRO DE PREÇOS

Contrato nº _____
Processo nº _____
Pregão nº ____/____

Pelo presente instrumento, O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE, Estado do Espírito Santo, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediado na Rod. Gether Lopes de Farias, s/nº - São Domingos do Norte/ES, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o N.º 36.350.312/0001-72, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr (nacionalidade), (estado civil), portador do CPF nº, residente na, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº., publicada no DOES do dia, bem como, a classificação das propostas publicada no DOES de ____/____/____, e a respectiva homologação conforme fls. _____, do Processo no., RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal no. **1.220, de 04 de Abril de 2013**, pelo Decreto Estadual nº. 1.790-R, publicado em 25 de janeiro de 2007, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, subsidiariamente, pela Lei Federal no. 8.666/93e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no presente Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços nº, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.
2.2. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto na cláusula terceira deste instrumento.
2.3. A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:
a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b) frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
c) convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.
3.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
b) convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.
3.3. Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
3.4. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.
3.5. A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.
3.5.1. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

3.5.2. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3. Não será concedida a revisão quando:

- a) ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c) ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.5.4. Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria Municipal de Controle Interno e Transparência e Procuradoria Geral do Município, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

CLÁUSULA QUARTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1. Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

- a) não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2. O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1. O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3. Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5. A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2. Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3. O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4. Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº 2.583/71 e alterações posteriores.

5.6. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

5.7. A eventual inadimplência de um dos órgãos participantes desta Ata não produzirá efeitos quanto aos demais.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

6.1. O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2. O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial a autorização de fornecimento, observados os limites de prazo de entrega fixados neste Edital, e sem prejuízo para o prazo mínimo de validade dos produtos adquiridos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: Elemento:

Projeto/Atividade: Elemento:

Projeto/Atividade: Elemento:

CLÁUSULA OITAVA - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1. A emissão da autorização de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei Federal nº. 8.666/93.

8.2. Se o licitante classificado em primeiro lugar se recusar a receber a autorização de Fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a autorização de Fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

CLÁUSULA NONA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. A entrega dos produtos dar-se-á no prazo máximo de ____ (_____) dias após o recebimento da ordem de fornecimento.

9.2. Os produtos serão entregues no (INDICAR LOCAL E ENDEREÇO), em dias úteis no horário das ____: ____ às ____: ____ horas.

9.3. A Administração Contratante designará, formalmente, o servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo recebimento do produto, por meio de termo circunstanciado que comprove a adequação do objeto aos termos deste contrato e pela atestação provisória e/ou definitiva dos mesmos em até 05 (cinco) dias consecutivos.

9.4. O servidor ou a comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos produtos ou até mesmo a substituição por outros novos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

10.1. Compete à Contratada:

- a) entregar os produtos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações;

10.2 - Compete à Contratante:

- a) efetuar o pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento;
- b) definir o local para entrega dos produtos adquiridos;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º, do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo acompanhamento e fiscalização na entrega dos produtos adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

11.1.1. multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

11.1.2. os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto;

11.2. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

11.3. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) advertência;
- b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.

§ 3º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, proceder com o registro da ocorrência no Cadastro Municipal, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no Cadastro Municipal.

11.4. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

11.4.1. antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

11.4.2. a notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

11.4.3. o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei Federal nº. 8666/93.

11.5. O licitante contratado comunicará as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

11.6. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, será proferida a decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93.

11.7. O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Município.

11.8. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

11.9. Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

11.10. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ADITAMENTOS

13.1. A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS

14.1. Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do contrato será acompanhada pelo servidor (a):, designado representante da Administração nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos do Norte, Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

São Domingos do Norte -ES, ____ de _____ de _____.

FORNECEDORES CREDENCIADOS

1º COLOCADO: _____

2º COLOCADO: _____

3º COLOCADO: _____

4º COLOCADO: _____



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

ANEXO VIII – PREÇOS REGISTRADOS

**PREGÃO PRESENCIAL Nº .../201....
REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº, celebrada entre a Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte e as Empresas cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do Pregão

Ítem 1 -

ESPECIFICAÇÃO:

FORNECEDOR	QUANT.	MARCA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1º)				
2º)				
3º)				
4º)				

Ítem 2 -

ESPECIFICAÇÃO:

FORNECEDOR	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
1º)				
2º)				
3º)				

(RELACIONAR TODOS OS ÍTENS DO PREGÃO)



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO Nº 000/0000

PREGÃO PRESENCIAL Nº .../201.... REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATO PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE – ES, CONFORME EDITAL DE PREGÃO N.º/201....

O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº. 36.350.312/0001-72, neste ato representado por seu prefeito Sr.(a), (qualificação completa ex.: brasileiro, casado, portador do CPF e do RG, residente e domiciliado no endereço xxxxxx, Cep xxxxxx) doravante denominado CONTRATANTE, com sede administrativa sita no endereço vide cabeçalho, e a EMPRESA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº., sediada no (endereço completo: rua, avenida, bairro, cidade, estado, CEP), doravante denominada CONTRATADA, por seu representante legal, Sr. (qualificação completa ex.: brasileiro, solteiro, vendedor, portador do CPF e do RG, residente e domiciliado no endereço xxxxxx, Cep xxxxxx), resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO (SUGESTÃO)

1.1- O presente contrato tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de Combustível (Gasolina Comum, Diesel Comum, Diesel S10 e Arla 32) para atender as diversas Secretarias deste Município, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE FORNECIMENTO

2.1 – O fornecimento dos produtos do presente Contrato será de forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$,..... (..... reais).

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento de modificações que devidamente autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante.

4.2 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega apresentação da nota fiscal na Unidade da Contabilidade Geral.

4.3 - É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que venham a serem verificadas na proposta.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS

5.1 – O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.

5.2 – O fornecimento do produto será realizado pelo fornecedor, conforme Ordem de Fornecimento.

5.3 – O objeto licitado deverá ser entregue de forma parcelada, no prazo de até horas após a solicitação do Município.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

6.1 - As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

a)

b)

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1 - A gestão do termo contratual, será realizada pela Secretaria Municipal correspondente a cada solicitante sendo a mesma responsável pelo recebimento e fiscalização dos produtos.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

8.1 - O Município exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades fixadas pelo Código Civil.

8.2 - A fiscalização do Município transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual, através do(a) Servidor (a)

CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

9.1. – São responsabilidades do Município:



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

- 9.1.1 - cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato;
- 9.1.2 - determinar quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a tutelar o interesse público;
- 9.1.3 - intervir no fornecimento do objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público;
- 9.1.4 - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pela Contratada;
- 9.1.5 - efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste contrato;
- 9.1.6 - conferir, vistoriar e aprovar os produtos entregues pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 10.1 - São responsabilidades da Contratada:
 - 10.1.1 - a empresa vencedora obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões que o Município realizar, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
 - 10.1.2 - assumir integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste edital e demais documentos técnicos fornecidos;
 - 10.1.3 - assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros;
 - 10.1.4 - deverá proceder às correções que se tomarem necessárias à perfeita realização do objeto contratado, executando-o em perfeitas condições e de acordo com a fiscalização do Município;
 - 10.1.5 - manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 10.1.6 - entregar todos os produtos, primando pela qualidade dos mesmos, de acordo com as especificações e quantitativos, constantes deste contrato, proposta e do Edital deste Pregão e seus anexos;
 - 10.1.7 - considerar que as ações de fiscalização não exoneram a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
 - 10.1.8 - será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS PENALIDADES

- 11.1 - Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do Município a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:
 - I - 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto deste contrato;
 - II - 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela rescisão sem justo motivo, por parte da proponente vencedora;
- 11.2 - O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor global do Contrato. Caso aconteça, o Município terá o direito de rescindir o Contrato mediante notificação.
- 11.3 - As multas deverão ser pagas junto à Unidade da Contabilidade Geral da Secretaria Municipal de Administração e Finanças até o dia de pagamento que a CONTRATADA tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA RESCISÃO

- 12.1 - A rescisão do presente poderá ser:
 - a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
 - b) a inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as penalidades previstas neste Contrato;
 - c) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
 - d) constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
 - e) em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
 - f) a rescisão do presente de que trata o inciso I, do artigo 78 acarretará as conseqüências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93;
 - g) ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no inciso IX do art. 55, da Lei nº 8.666/93 e previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.
- 12.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do Município, a rescisão importará em:
 - a) aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o Município e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
 - b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do Município. A pena de inidoneidade ser á aplicada em despacho fundamentado, assegurado a defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 – Nos termos do previsto no artigo 55, inciso XII, aplica-se ao presente contrato a presente legislação a Lei nº 8.666/93 e alterações, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Código Penal, o Código Processo Civil, o Código Processo Penal, Legislação trabalhista e previdenciária, o Estatuto da Criança e do adolescente e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

14.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de São Domingos do Norte, com renúncia expressa a qualquer outro.

14.2 - E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma.

.....
Prefeito Municipal
Contratante

.....
Empresa
Contratada
Testemunhas:
Nome:
Nome:



Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Calegari, s/nº - São Domingos do Norte/ES
CEP 29.745-000 Telefone: (27) 3742 0200 Telefax: (27) 3742 0215
CNPJ 36.350.312/0001-72

ANEXO X - ORDEM DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS Nº _____ / _____

**PREGÃO PRESENCIAL Nº .../201....
REGISTRO DE PREÇOS**

Órgão		Processo	
Origem		Contrato	
Dotação		Ficha	
Fornecedor		CNPJ	
Endereço		Telefone	
No. Banco		No. Agência	No. Conta

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total

Prazo de Entrega/Execução:	Condições de Pagamento:
Fornecedor Declaro (amos) que recebi(emos) esta Autorização em/...../..... Ass.	
Local de Entrega	
São Domingos do Norte - ES,	
Secretário Municipal solicitante	